# Desemprego, pobreza e desigualdade

Carlos Alberto Ramos*
Ricardo Santana**

## 1. INTRODUÇÃO

A agenda de discussões sobre as inter-relações entre a situação social e o mercado de trabalho vem sendo estruturada em torno de quatro eixos: desemprego, qualidade do emprego, desigualdade e pobreza[1]. Acompanhando o crescente interesse em torno desses temas, os esforços de pesquisa nessas áreas têm-se elevado, em parte, seguindo uma tendência mundial, devido às constantes polêmicas em torno do desemprego e, em parte, devido ao diagnóstico, hoje quase consensual, sobre as inter-relações entre pobreza e desigualdade.

Porém, as correlações e relações de causalidade entre essas quatro variáveis (desemprego, qualidade do emprego, desigualdade e pobreza) não são nem óbvias nem consensuais. Por exemplo, um diagnóstico sustenta que a pobreza e desigualdade, no caso brasileiro, não estariam sendo geradas pelo desemprego e sim pela qualidade dos postos de trabalho. Nesta linha de raciocínio (Camargo (1996) e Camargo e Amadeo (1996)), o mercado de trabalho, no país, apesar de apresentar um segmento extremamente regulamentado (assalariados com carteira de trabalho assinada), caracterizar-se-ia por uma flexibilidade cujo corolário seria uma taxa de desemprego que, em termos internacionais, é reduzida. A coexistência de patamares de desocupação baixos e elevados níveis de pobreza e desigualdade teria como origem a qualidade dos postos de trabalho[2]. Segundo esta argumentação, o mercado de trabalho brasileiro, apesar de ser aparentemente rígido (devido à regulamentação que deveria atingir toda relação assalariada legalizada), verificaria uma dinâmica semelhante à observada nos EUA: nítida capacidade de gerar postos de trabalho precários, tendo como desdobramento uma taxa de desocupação baixa e elevada desigualdade e pobreza. A semelhança entre ambos mercados de trabalho (Brasil e EUA) teria sua origem na ampla existência de um segmento informal no país, o qual estaria à margem das restrições legais. Contrariamente, a Europa Continental se caracterizaria por apresentar mercados de trabalho fortemente regulamentados, gerando postos de trabalho de qualidade, mas poucos, tendo como conseqüência uma taxa de desemprego elevada. Diferentemente do mercado de trabalho dos EUA, ou, em geral, de mercados de trabalho pouco regulamentados, no caso da Europa Continental o desemprego seria a fonte da desigualdade e pobreza.

No caso brasileiro, esse diagnóstico desloca a discussão da pobreza e desigualdade do desemprego para situá-la em termos da qualidade dos postos de trabalho. Nesse contexto, o objetivo do presente artigo consiste em contribuir, desde uma perspectiva estritamente empírica, para definir ou não a pertinência do diagnóstico sinteticamente esboçado nos parágrafos anteriores. Em outros termos: o objetivo do artigo consiste em testar em que medida é a qualidade ou, contrariamente, é a quantidade de postos de trabalho a variável relevante para explicar os elevados patamares de pobreza e desigualdade.

## 2. ANTECEDENTES NA LITERATURA

Em um artigo no qual o Brasil é comparado com o restante da América Latina, os países desenvolvidos e a média mundial, Barros e Camargo (1993) foram os primeiros a examinar empiricamente a importância da qualidade dos postos de trabalho no bem-estar. Em realidade, Barros e Camargo diferenciam a qualidade do posto de trabalho da qualidade do trabalhador. A qualidade do trabalhador estaria determi-

* Departamento de Economia, UnB e consultor IPEA.
** Departamento de Estatística-UnB e estagiário IPEA.

1 Historicamente, na América Latina, as relações imaginadas eram entre pobreza e informalidade e não entre pobreza e desemprego. Talvez influenciados pelos diagnósticos originados nos países da OCDE, a categoria de "trabalho informal" foi substituído pela "trabalho precário"', ainda que os conceitos não sejam equivalentes (todo trabalho informal não é precário e vice-versa). Por outra parte, na ausência de um amplo "welfare state", a informalidade, ou pelo menos parte dela, era vista como uma forma de desemprego oculto. Dado que o objetivo do texto é testar a pertinência do diagnóstico que vincula pobreza, desemprego e qualidade dos postos de trabalho, as causas históricas e as conseqüências teóricas dessa mudança na perspectiva de analisar as interações entre pobreza, desigualdade e mercado de trabalho não serão abordadas.

2 Os critérios para definir um posto de trabalho de boa qualidade ou, contrariamente, a caracterização de um posto como sendo de baixa qualidade ou precário, não é consensual. Dado que essa polêmica está além dos objetivos do presente artigo, podemos definir um posto de trabalho como sendo de "boa qualidade" quando apresenta elevada produtividade, oferece perspectivas de ascensão profissional e qualificação ao trabalhador, observa baixa rotatividade, etc. Obviamente, essa definição é, em termos conceituais, muito vulnerável e frágil. Contudo, transmite

nada pelos anos de estudos completos. Padronizando através dessa variável (anos de estudo), a qualidade do posto de trabalho seria o resíduo entre o PIB (PPP) por trabalhador e a qualidade do trabalhador[3]. A principal conclusão do artigo diz respeito à importância dos fatores vinculados à qualidade do trabalhador e à qualidade dos postos de trabalho no bem-estar, sendo este determinado pela distribuição da renda per-capita.

Barros, Camargo e Mendonça (1998) realizaram um esforço semelhante, mas desde outra perspectiva. Com efeito, sempre supondo que a principal origem da desigualdade e pobreza seja a qualidade dos postos de trabalho, a estrutura do desemprego pode se revelar importante para definir grupos sociais vulneráveis. Nessa direção, Barros, Camargo e Mendonça estudam a estrutura do desemprego para determinar em que medida a desocupação é uma situação que gera pobreza em certos grupos populacionais.

### 3. AS SIMULAÇÕES

Dada essa linha de argumentação, a qual outorga singular importância à qualidade dos postos de trabalho nos fatores determinantes da pobreza e a distribuição, a nossa contribuição neste artigo será tentar realizar um esforço empírico para determinar em que medida o desemprego é gerador de pobreza e desigualdade ou, contrariamente, é a qualidade do emprego a principal determinante desses dois fenômenos. O nosso exercício partiu da determinação de uma equação de salários na qual às tradicionais variáveis associadas às características pessoais (escolaridade, idade, raça, sexo) foi acrescentada uma variável que captasse a região[4]. A partir da equação encontrada, foi determinado o salário potencial de cada indivíduo desocupado[5]. Determinado esse salário potencial, simulamos duas situações. Na primeira, supomos que todos os desocupados superam essa situação encontrando um emprego cujo salário foi determinado pela equação da regressão. Essa alternativa nos permite ver em que medida a qualidade do emprego, determinada pelas características individuais e a região, são fontes geradoras de desigualdade e pobreza. Na segunda alternativa, imaginamos que só os desocupados oriundos de famílias pobres são empregados e, como na simulação anterior, calculamos os impactos sobre a pobreza e desigualdade.

Os resultados podem ser encontrados na Tabela 1. Nela podemos observar que o coeficiente de Gini apresentou uma tênue queda, tanto no caso do pleno emprego geral (-2,00%) como na alternativa de pleno emprego só para os desocupados das famílias pobres (-1,15%)[6]. Paralelamente, verificamos que a renda familiar per-capita eleva-se apenas 3,37% no caso do pleno emprego, com um máximo de 8,75% no segundo decil, sendo o incremento na renda de apenas 0,86% quando o pleno emprego só beneficia as famílias originalmente pobres. Ou seja, o incremento da renda familiar per capita é modesta, ainda nos estratos que apresentam as maiores taxas de desemprego. O impacto sobre a pobreza fica mais evidente quando observamos os dados contidos na Tabela 2. Empregando todos os desocupados nas famílias pobres, o número de famílias nessa situação cairia 9,79%, e a renda média das que permanecem com rendimentos totais inferiores a meio salário mínimo eleva-se em apenas 1,27%.

Esses resultados sugerem a pertinência do diagnóstico que correlaciona a pobreza com a qualidade dos postos de trabalho que pode ocupar a força de trabalho dessas famílias. Na tabela 4 podemos encontrar os valores do salário potencial dos desempregados por decil da renda familiar per-capita, evidenciando uma nítida correlação entre o decil da distribuição e o potencial salário médio que o desempregado poderia obter no caso de ser empregado[7].

uma idéia intuitiva que será útil para os objetivos deste artigo.

3
Dados os objetivos deste artigo, não nos deteremos sobre as plausíveis explicações da relação entre "qualidade" do trabalhador (medido através dos anos de estudo), a produtividade e a qualidade do posto de trabalho. Existem, na literatura, antecedentes teóricos (Arrow (1973), Thurow (1975), por exemplo) nos quais a educação relevante é a educação relativa. Os anos de estudo ou o título (carimbo) estabelece o lugar ou 'ranking' na fila para ocupar um posto de trabalho. A produtividade está determinada pela característica do posto de trabalho e a educação (relativa) só determina a probabilidade de ocupar a vaga disponível (concorrência em torno do posto de trabalho). Desde esta perspectiva teórica, distinguir a "qualidade do trabalhador" da "qualidade do posto de trabalho" faz pouco sentido. Em realidade, desde um ângulo neoclássico, diferenciar entre qualidade do posto de trabalho e do trabalhador também não encontra muita justificativa teórica. Na teoria do capital humano, por exemplo, quem determina a qualidade do emprego é o próprio empregado. Em geral, na teoria neoclássica a noção de "posto de trabalho" não é clara, dado que a quantidade deles depende do salário.

4
O tipo de equação de salários que utilizamos não difere da comumente encontrada na literatura (ver, por exemplo, Soares (1999)). O resultado da regressão se encontra no Anexo 1.

5
A simulação realizada poderia receber a seguinte crítica: os desocupados teriam alguma caraterística que não é possível de ser observada ou não foi levada em consideração na análise. Somos conscientes desse possível "viés de seleção" mas consideramos que, ainda supondo a existência do mesmo, as nossas conclusões não ficam comprometidas.

6
A título de ilustração para o leitor, foram calculados, na Tabela 1, os Índices de Theil-L e Theil-T, mostrando uma trajetória similar ao Gini.

**Tabela 1**
**Renda Familiar Per-Capita: impactos do pleno emprego**

| Decil | Renda Familiar Per-Capita | | | Variação (em %) | |
|---|---|---|---|---|---|
| | PNAD (a) | Pleno emprego (b) | Pleno Emprego nas Famílias Pobres (c) | (b)/(a) | (c)/(a) |
| 1 | 19,86 | 21,22 | 21,22 | 6,85 | 6,85 |
| 2 | 40,57 | 44,12 | 44,11 | 8,75 | 8,73 |
| 3 | 60,00 | 65,19 | 64,59 | 8,65 | 7,65 |
| 4 | 82,42 | 89,37 | 85,81 | 8,43 | 4,11 |
| 5 | 109,96 | 117,28 | 111,74 | 6,66 | 1,62 |
| 6 | 141,65 | 151,57 | 142,9 | 7,00 | 0,88 |
| 7 | 190,60 | 201,49 | 191,28 | 5,71 | 0,36 |
| 8 | 266,40 | 277,65 | 266,69 | 4,22 | 0,11 |
| 9 | 414,44 | 426,71 | 414,81 | 2,96 | 0,09 |
| 10 | 1182,93 | 1198,84 | 1187,11 | 1,34 | 0,35 |
| **Brasil** | **250,88** | **259,34** | **253,03** | **3,37** | **0,86** |
| **ÍNDICES DE DESIGUALDADE** | | | | | |
| **Gini** | **0,5645** | **0,5532** | **0,5580** | | |
| **Theil-T** | **0,7166** | **0,6866** | **0,7004** | | |
| **Theil-L** | **0,6783** | **0,6484** | **0,6546** | | |

Fonte: PNAD/97; Elaboração Própria

**Tabela 2**
**Renda Familiar e Número de Famílias Pobres 1/**

| | PNAD | Pleno Emprego | Variação (%) |
|---|---|---|---|
| RFPC 2/ | 34,65 | 35,09 | 1,27 |
| N 3/ | 7.213.520,00 | 6.507.815 | -9,79 |

1/ A linha de pobreza foi estabelecida em 1/2 SM per-capita
2/ RFPC = Renda Familiar per-capita
3/ Número de Famílias Pobres
Fonte: PNAD/97; Elaboração Própria

O ponto que chama a atenção é o incremento no coeficiente de Gini na alternativa de pleno emprego apenas nas famílias pobres, diante da simulação que supõe a totalidade da PEA ocupada. Ou seja, a concentração de renda eleva-se, ainda que tenuemente, quando restringimos, aos pobres, a possibilidade de pleno emprego. Em realidade, esse resultado, que pode entrar em conflito com o intuitivamente esperado, pode ter sua origem nas características do próprio Índice de Gini. Este tende a ser mais sensível aos diferenciais de renda no meio da distribuição que nos seus extremos.[8] Ao dar menor peso aos diferenciais nos extremos da distribuição (nas caudas), o coeficiente eleva-se, dado que a maioria dos desocupados está situada entre o segundo e sexto decil, porém as famílias pobres só são encontradas até o terceiro decil (ver Tabela 4). Esse fato, aliado a um salário médio potencial que tende a elevar-se com o decil, amplia a desigualdade no meio da distribuição quando imaginamos pleno emprego apenas nas famílias pobres.

Podemos visualizar o impacto distributivo das duas alternativas imaginadas tentando quantificar a distribuição de fluxo de renda que foi gerado pela ocupação dos desocupados. O Gini da renda gerada pelo trabalho dos antigos desempregados apresenta valores significativamente menores que os da PNAD original (Tabela 5). Porém, apesar de apresentar um valor notavelmente menor, o impacto sobre a distribuição original é modesto devido ao fato de o incremento de renda ser marginal (+3,37% no pleno emprego).

## 4. COMENTÁRIOS FINAIS

As simulações apresentadas na Seção anterior parecem confirmar o diagnóstico que identifica a qualidade dos postos de trabalho, e não o desemprego, como sendo a principal causa da pobreza e do perfil distributivo apresentado pelo país. Com efeito, a plena utilização da mão-de-obra (pleno emprego) beneficiaria, sobretudo, os estratos médios da distribuição, devido a que apresentam as maiores taxas de desemprego e seus salários potenciais são superiores aos que a população mais pobre obteria no caso de encontrar um emprego.

Por outra parte, esse diagnóstico parece adquirir uma maior plausibilidade na medida em que os rendimentos médios dos que hoje estão desocupados, na alternativa de conseguir um emprego, guarda-

[7] Essa correlação não é perfeita porque observa-se uma pequena queda no quarto decil.

**Tabela 3**
**Distribuição dos Desocupados por Decil**

| Decil | Desocupados | Distribuição |
|---|---|---|
| 1 | 423.523 | 8,49 |
| 2 | 619.412 | 12,41 |
| 3 | 597.660 | 11,98 |
| 4 | 639.908 | 12,83 |
| 5 | 533.680 | 10,70 |
| 6 | 563.940 | 11,30 |
| 7 | 491.389 | 9,85 |
| 8 | 445.562 | 8,93 |
| 9 | 410.503 | 8,23 |
| 10 | 263.770 | 5,29 |
| **Total** | 4.989.347 | 100 |

Fonte: PNAD/97; Elaboração Própria

riam uma estreita correlação com a situação da família à qual pertencem. Ou seja, os desocupados teriam rendimentos muito semelhantes aos encontrados no ambiente familiar. Desta forma, a origem social seria determinante, via características pessoais (como educação, raça, etc.) ou a região, nos ganhos que o desempregado teria caso encontrasse algum tipo de ocupação.

Pesquisas posteriores poderiam confirmar ou não os resultados encontrados neste documento. Os corolários que podem ser deduzidos dos resultados são múltiplos e as interpretações diversas. Alguns exemplos nos permitem ilustrar a diversidade de interpretações possíveis. Em termos de política pública, obviamente a educação e o grau de desenvolvimento regional parecem ser dois espaços nos quais é possível atuar a fim de elevar a qualidade dos postos de trabalho dos setores sociais mais vulneráveis. Mas, por outra parte, diversas variáveis, inclusive a educação, podem merecer uma interpretação radicalmente diferente. O fato dos desocupados das famílias de maiores rendimentos serem os que potencialmente mais ganhariam no caso de serem ocupados pode estar refletindo mecanismos de estratificação social que são legitimados através da educação (teoria credencialista) ou a existência pura e simples de estratificação via discriminação (raça, por exemplo). Nesta última perspectiva, a "qualidade dos postos de trabalho" seria um eufemismo para justificar teoricamente formas de estratificação. Obviamente, podemos imaginar uma terceira alternativa, intermediária entre as duas antes expostas. A qualidade dos postos de trabalho não estaria determinada pelo perfil da oferta de trabalhador e sim por certos fatores da demanda de trabalho (tecnologia, capital utilizado por homem ocupado, etc.). Na presença de informação assimétrica, os empregadores requereriam "sinais", como educação, sendo que a oferta de trabalho oriunda das famílias de maiores rendimentos acumularia "sinais" que os privilegiaria na "fila" para ocupar os postos de trabalho de melhor qualidade.

**Tabela 4**
**Valor Médio dos Salários dos Desempregados por Decil**

| Decil1/ | Pleno Emprego | Pleno Emprego Fam.Pobres |
|---|---|---|
| 1 | 40,27 | 39,48 |
| 2 | 48,58 | 47,52 |
| 3 | 55,55 | 54,9 |
| 4 | 54,21 | |
| 5 | 63,32 | |
| 6 | 64,59 | |
| 7 | 72,32 | |
| 8 | 79,39 | |
| 9 | 102,17 | |
| 10 | 140,7 | |
| **Média** | **66,34** | **47,07** |

1/ Decil da distribuição original PNAD
Fonte: PNAD/97; Elaboração Própria

**Tabela 5**
**Distribuição do Incremento de Renda**

| Decil2/ | Pleno Emprego | Pleno Emprego Fam. Pobres |
|---|---|---|
| 1 | 5,68 | 25,42 |
| 2 | 9,42 | 43,24 |
| 3 | 9,91 | 31,33 |
| 4 | 10,86 | 0 |
| 5 | 9,89 | 0 |
| 6 | 10,93 | 0 |
| 7 | 10,67 | 0 |
| 8 | 10,32 | 0 |
| 9 | 11,95 | 0 |
| 10 | 10,35 | 0 |
| **Total** | **100,00** | **100,00** |
| **Gini** | **0,3880** | **0,39289** |

2/ Decils da distribuição original da PNAD
Fonte: PNAD/97; Elaboração Própria

Essa discussão ultrapassa os objetivos que nos propusemos no presente artigo. Contudo, os resultados encontrados podem contribuir para delimitar melhor as relações entre desemprego, pobreza e desigualdade.

## 5. BIBLIOGRAFIA CITADA

Amadeo, E. e Camago, J.M., "Instituições e Mercado de Trabalho no Brasil", in Camargo (1996).

Arrow, K., "Higher Education as a Filter", Journal of Public Economics, Vol2. 1973.

Camargo, J.M., "Flexibilidade e Produtividade do Mercado de Trabalho Brasileiro", in Camargo (1996).

Camargo, J.M. (Org.), Flexibilidade no Mercado de Trabalho no Brasil. FGV. 1996.

Cowell, F. Measuring Inequality. 1995.

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 1997.

Manacorda, M e Petrongolo, B., "Skill Mismatch and Unemployment in OECD Countries", Economica, Vol. 66, N 262, 1999.

Paes de Barros, R. e Camargo, J.M., "Em Busca dos Determinantes do Nível de Bem-Estar Social na América Latina", Pesquisa e Planejamento Econômico, Vol. 23, N 3, dezembro, 1993.

Paes de Barros, R., Camargo, J.M. e Mendonça, R., "A Estrutura do Desemprego no Brasil", in A Economia Brasileira em Perspectiva, Vol.2, IPEA, 1998.

Prieto, C. e Hims, O, "Formation, Emploi e Competivité em Espagne", Sociologie du Travail, N 4, 1995.

Salm, C., Saboia, J. e Gonzaga, P., "Produtividade na indústria brasileira: questões metodológicas e novas evidencias empíricas", Pesquisa e Planejamento Econômico, Vol. 27, N 2, agosto, 1997.

Soares, D.S., "O Mercado de Trabalho Brasileiro de 1986 a 1996 segundo Categorias de Inserção e Características Pessoais", IPEA, Mimeo, 1999.

Rocha, S., "Do Consumo Observado à Linha de Pobreza", Pesquisa e Planejamento Econômico, Vol 27, N 2, agosto, 1997.

Thurow, L. C. Generating Inequality: mechanisms of distribution in the U.S. economy. New York. Basic Books. 1975.

**ANEXO 1**

$$\ln Y = \underset{(169,6)}{3,327281} + \underset{(8,25)}{0,12473}\,DESCO2 + \underset{(13,59)}{0,16344}\,DESCO3 + \underset{(23,18)}{0,25081}\,DESCO4 + \underset{(39,75)}{0,36609}\,DESCO5 +$$
$$\underset{(45)}{0,46155}\,DESCO6 + \underset{(43,51)}{0,52055}\,DESCO7 + \underset{(47,85)}{0,56657}\,DESCO8 + \underset{(70,46)}{0,70336}\,DESCO9 + \underset{(51,44)}{0,749123}$$
$$DESCO10 + \underset{(59,37)}{0,84273}\,DESCO11 + \underset{(120,17)}{1,1135}\,DESCO12 + \underset{(64,29)}{1,26884}\,DESCO13 + \underset{(63,18)}{1,44132}\,DESCO14 +$$
$$\underset{(63,49)}{1,47027}\,DESCO15 + \underset{(159,17)}{1,95546}\,DESCO16 - \underset{(-106,22)}{0,48006}\,DSEXO + \underset{(92,21)}{0,096117}\,idade - \underset{(-72,6)}{0,00106}\,idade^2 -$$
$$\underset{(-25,80)}{0,12615}\,DRAÇA - \underset{(-39,23)}{0,30771}\,DNDESTE - \underset{(-11,62)}{0,125943}\,DNORTE + \underset{(10,79)}{0,08011}\,DSUDESTE + \underset{(7,29)}{0,0616}\,DSUL$$

$R^2$= 0.5270; F= 3882 ; D.W. =1,58; onde: Y = renda; DESCO i = variável binária para i anos de estudo com 0 para i anos e 1 para os demais; DSEXO = variável binária com 0 para homem e 1 para mulher e as variáveis D restantes são dummies para as regiões. (Os t's podem ser encontrados nos valores entre parêntesis).